

JORNAL DO SENADO

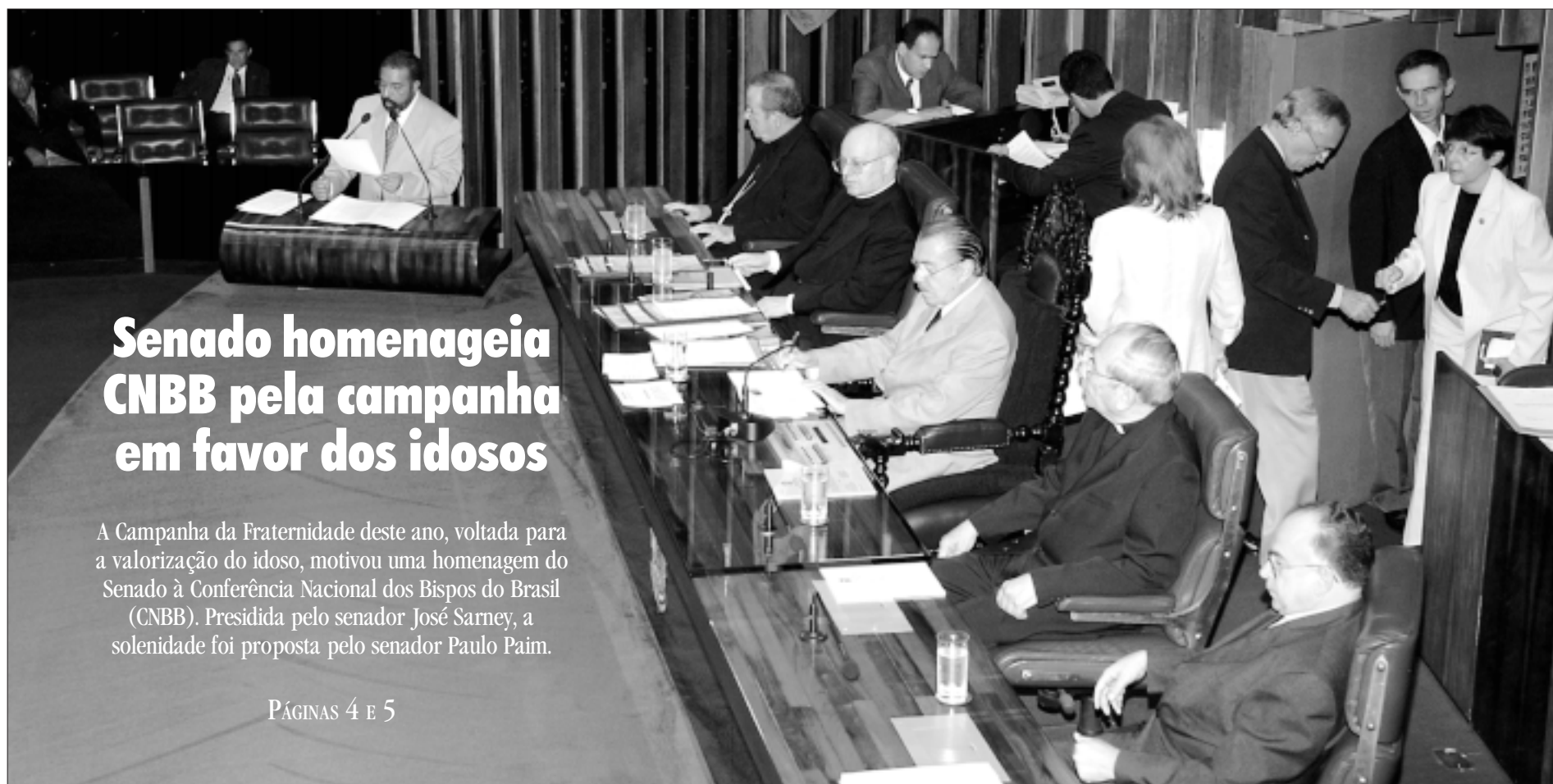
ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX – Nº 1.675 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 8 DE ABRIL DE 2003

Plenário deve votar medidas provisórias e liberar pauta hoje

A ordem do dia do Senado tem, como principais itens, três projetos de lei de conversão e duas medidas provisórias. Como todos impedem outras deliberações enquanto não forem apreciados, as lideranças partidárias buscam um acordo que permita a votação dessas matérias e a retomada do ritmo normal de trabalho.

PÁGINA 2



Fotos: Roosevelt Pinheiro

Senado homenageia CNBB pela campanha em favor dos idosos

A Campanha da Fraternidade deste ano, voltada para a valorização do idoso, motivou uma homenagem do Senado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Presidida pelo senador José Sarney, a solenidade foi proposta pelo senador Paulo Paim.

PÁGINAS 4 E 5

Mão Santa propõe salário mínimo acima de R\$ 240

Senador cita números de vários países, inclusive o Paraguai – onde a remuneração do trabalhador seria três vezes maior que a brasileira –, para defender um salário mínimo maior que os R\$ 240 propostos pelo governo federal em medida provisória.

PÁGINA 7

Mão Santa: “Prefeituras estão falidas não por causa do salário, mas devido à corrupção”

Senadores podem requerer de Palocci informação sobre BB

Dois requerimentos ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, devem ser votados amanhã pela Comissão de Justiça. Referem-se a denúncia de vazamento de informações sobre a descoberta de campo de petróleo em Sergipe e a participação do Banco do Brasil em empresa destinada a explorar vales-alimentação e refeição.

PÁGINA 3





José Cruz

Teotônio é favorável ao benefício à família da secretária da OAB morta ao abrir carta em 1980

Filho de vítima de ato terrorista pode ter pensão

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vota na quinta-feira projeto de lei de autoria da Presidência da República que concede pensão especial a Luiz Felipe Monteiro Dias, filho de Lyda Monteiro da Silva, secretária da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seção do Rio de Janeiro, que morreu em decorrência de atentado a bomba em agosto de 1980, ao abrir carta endereçada ao então presidente da instituição, Eduardo Seabra Fagundes. O valor da pensão é de R\$ 500. O relator, senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), é favorável à aprovação da matéria.

Na mesma reunião, a CAS analisa ainda substitutivo do senador Edison Lobão (PFL-MA) ao projeto de lei da Câmara dos Deputados que obriga o Sistema Único de Saúde (SUS) a prestar serviço de prevenção e tratamento odontológico. Também estará em pauta projeto de autoria do senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE) que obriga farmácias e drogarias de todo o país a fixar, em local visível, cartazes informando e orientando os consumidores sobre falsificação de remédios.

A CAS deve apreciar, ainda, parecer do senador Sibá Machado (PT-AC) favorável ao projeto de lei da Câmara que regulamenta a prática do naturismo. Caso o projeto se transforme em lei, caberá aos poderes públicos estadual, municipal e do Distrito Federal reservar áreas para a prática do naturismo.

Votação de MPs hoje pode liberar a pauta do Senado

Exame de 37 proposições na ordem do dia, além de projetos terminativos nas comissões, depende de decisão sobre as medidas

Três projetos de lei de conversão e duas medidas provisórias (MPs) estão trancando a pauta da sessão plenária de hoje. Somente depois que eles forem votados, os senadores poderão examinar as outras 37 matérias incluídas na ordem do dia e os projetos que tramitam em caráter terminativo nas comissões permanentes.

O primeiro projeto de lei de conversão trata da concessão da aposentadoria especial a membro de cooperativa de trabalho ou de produção; o segundo, da transferência, da União para os estados e o Distrito Federal, de segmentos da malha rodoviária sob jurisdição federal; e o terceiro, de alteração na legislação que cria cargos efetivos, comissionados e gratificações no âmbito da administração pública federal. As duas MPs abrem créditos extraordinários em favor dos ministérios da Integração Nacional e dos Transportes.

Se a pauta for liberada, poderão ser votados, em regime de urgência, o projeto do Estatuto de Defesa do Torcedor e o projeto de lei de autoria do senador José Sarney (PMDB-AP) que aumenta a pena máxima para 40 anos e considera crime qualificado o praticado contra magistrados, membros do Ministério Público,



Requerimento de Suplicy também compõe pauta



Valadares propõe alimentação como direito social



Saturnino quer limite para propaganda de obras do governo

Fotos: Roosevelt Pinheiro

jurados e policiais. A proposição de Sarney tramita em conjunto com projeto de lei da Câmara que estabelece, nos crimes de homicídio e lesão corporal, causas de aumento de pena.

GUERRA NO IRAQUE

Ainda está prevista votação de dois requerimentos relativos ao conflito no Iraque. O primeiro, do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), sugere ao papa João Paulo II que convoque conclave dos líderes religiosos mundiais para discutir soluções pacíficas para a crise no Iraque. O segundo, do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), solicita que sejam conclamados os governos dos países membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas para que convoquem reunião a fim de debater estratégias para cessar de imediato a intervenção militar no Iraque.

Uma proposta de emenda à

Constituição (PEC) poderá ser votada hoje em segundo turno: a que considera a alimentação um direito social, de autoria de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). Outras oito PECs estão na pauta para discussão, entre as quais duas que instituem o voto facultativo.

Na sessão de amanhã, deverá ser votada a PEC que determina a fixação de limites para gastos com a publicidade governamental, de autoria de Roberto Saturnino (PT-RJ). Também estará em pauta projeto de lei complementar relativo à desapropriação de imóvel rural para fins de reforma agrária. No mesmo dia, deverão ser discutidas nove propostas de emenda à Constituição.

Também deverão ser apreciados 12 projetos de lei, entre os quais o que trata da inversão de ordem dos nomes constantes na Lista Única de Transplantes.

Comissão analisa indicação de três embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) examina na quinta-feira, a partir das 10h, mensagem presidencial indicando o nome do diplomata Carlos Augusto Rego Santos Neves para exercer o cargo de embaixador do Brasil

junto à República da Rússia. O relator é o senador Jefferson Péres (PDT-AM).

Também em reunião secreta, a CRE, presidida pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), aprecia a indicação dos nomes dos diplomatas Luiz Tupy Caldas de

Moura e de Pedro Paulo Pinto Assumpção para, respectivamente, exercerem o cargo de embaixador do Brasil junto às Repúblicas do Panamá e da Coreia. Os relatores são os senadores Fernando Bezerra (PTB-RN) e Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 8 DE ABRIL DE 2003

Presidente
José Sarney

8h45 – Dilma Rousseff, ministra de Minas e Energia
10h – Emilia Fernandes, secretária Especial de Políticas para Mulheres
10h45 – José Paulo Cavalcanti Filho, presidente do Conselho de Comunicação Social
11h – Chefe da delegação de parlamentares gregos, acompanhado pelo embaixador da Grécia
11h30 – Cantores Alcione, Tony Garrido, Martinho da Vila, Gabriel o Pensador, Xandy, Leonardo, Sérgio Reis, Gian e Giovanni, Pedro e Tiago e Paulo Rosa, diretor-geral da ABDC

PLENÁRIO

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: MP 80/02 (subvenção econômica nas operações de crédito rural); MP 83/02 (aposentadoria especial ao cooperado de cooperativa de trabalho ou de produção); MP 82/02 (transferência da União para os estados e o DF de segmentos da malha rodoviária); MP 85/02 (crédito extraordinário para o Ministério da Integração Nacional); MP 87/02 (crédito extraordinário); MP 86/02 (cargos efetivos e comissionados e gratificações na administração pública federal); PLC 1/03 (Estatuto do Torcedor); PLC 92/01 (subvenção econômica nas operações de crédito rural); discussão em turno único, em regime de urgência, do PLS 66/03 (altera a pena máxima para 40 anos; aumenta a pena para homicídios qualificados; introduz como homicídio qualificado o praticado contra magistrados, membros do MP, jurados e policiais); terceira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC 21/01 (acrescenta o direito à alimentação aos direitos sociais); segunda sessão de discussão, em segundo turno, do substitutivo à PEC 1/01 (gastos com publicidade governamental); quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC 36/99 (incorporação e a transferência das atribuições dos tribunais e conselhos de contas dos municípios aos tribunais de contas dos estados); primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC 40/99 (revoga inciso de artigo da Constituição e parágrafo de artigo do Ato das Disposições Constitucionais); primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC 44/99 (voto facultativo); primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC 31/99 (voto facultativo); primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC 55/99 (princípio da razoabilidade); primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC 7/02 (participação do estrangeiro em eleições municipais); discussão, em turno suplementar, do substitutivo do Senado ao PLC 34/02 (inversão de ordem dos nomes constantes na Lista Única de Transplantes); entre outras matérias.

COMISSÕES

9h – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Ministra Dilma Vana Rousseff. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3

10h – Comissão de Assuntos Econômicos. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19

14h30 – Subcomissão Temporária de Turismo. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19

14:30h – Comissão Mista de Orçamento. Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza
Serys Shlessarenko
Geraldo Mesquita Júnior
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado. Poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações



José Cruz

Garibaldi Alves, relator do projeto, quer votação de decreto aprovando ou rejeitando as contas

Programação monetária deve ser discutida pela CAE

A programação monetária para o segundo trimestre deste ano será examinada pelos integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) hoje. É a primeira vez que a CAE recebe as metas monetárias no início do período a ser analisado. Com isso, o governo cumpre compromisso assumido por seu líder no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), perante os integrantes da comissão.

A mensagem presidencial encaminhada ao Senado, com o resultado da reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN) do último dia 27 de março, chegou à CAE na sexta-feira passada. O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), relator da matéria, é favorável à apresentação de um projeto de decreto legislativo para a aprovação ou a rejeição das metas encaminhadas pelo Executivo.

Elaboradas pelo Banco Central (BC), as projeções de oferta de moeda na economia sinalizam expansão de 16,9% para os meios de pagamento (papel-moeda em poder do público, mais os depósitos à vista nos bancos), em 2003, e de 22,3% no acumulado em doze meses (julho de 2002 a junho de 2003, fim do segundo trimestre).

O último boletim *Focus*, do Banco Central – que traz a expectativa de grandes instituições financeiras sobre variação de preços e outros indicadores econômicos –, aponta uma variação de 12,22% para o Índice de Preços ao Consumidor

Amplio (IPCA) neste ano. Se isso se confirmar, a oferta de moeda em poder do público e nos depósitos à vista nos bancos terá expansão real pelas metas apresentadas pelo BC. Ou seja, haverá crescimento acima da inflação.

Para que isso aconteça, avalia o Banco Central, é importante que não haja alteração brusca no cenário montado pelo governo e que o conflito no Iraque não se prolongue nem se amplie para outras áreas do Oriente Médio. O documento enviado à CAE trabalha com uma trajetória de inflação e câmbio descendentes e a condição de o país fazer frente ao seu déficit em transações correntes este ano.

INCENTIVO

A pauta da CAE possui mais 24 itens, dos quais apenas seis podem ser examinados por serem não terminativos (os outros dependem do desbloqueio das votações no Plenário, cuja pauta continua trancada por duas medidas provisórias e três projetos de conversão). Um dos itens que devem ser analisados hoje refere-se a quatro emendas apresentadas ao projeto de lei que concede incentivos fiscais ao empregador que admitir pessoas portadoras de deficiência física ou maiores de 60 anos. A matéria é de autoria do ex-senador Iram Saraiva. O relator, senador César Borges (PFL-BA), apresentou parecer favorável à aceitação de todas as emendas.

Subcomissão de Turismo será instalada hoje

A Subcomissão Temporária de Turismo, criada no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), será instalada hoje, às 14h30. Na reunião, serão eleitos o presidente e o vice-presidente.

A criação da subcomissão foi

aprovada pela CAE no dia 18 de março, por meio de requerimentos dos senadores Leonel Pavan (PSDB-SC) e Paulo Octávio (PFL-DF). O objetivo da subcomissão é fomentar, em todo o país, políticas de desenvolvimento para o setor de turismo.

Senadores querem esclarecer operações do BB e Petrobras

Requerimentos na pauta da CCJ buscam informações sobre descoberta de poço de petróleo e participação em empresa de vale-refeição

Os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) devem votar na reunião de amanhã, às 10h, dois requerimentos de informações ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, ambos relatados pelo senador Tião Viana (PT-AC), que sugere a aprovação.

O primeiro deles, do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), procura esclarecer denúncia de vazamento de informações sobre a descoberta do campo de petróleo em Sergipe. O segundo, do senador Jefferson Péres (PDT-AM), pede detalhes da decisão do Banco do Brasil de participar na constituição de uma empresa privada destinada a explorar vales-alimentação e refeição.

O requerimento de Valadares foi motivado por suspeitas de que investidores da Petrobras possam ter tido acesso a notícia da descoberta do grande campo de petróleo em Sergipe antes do



Roosevelt Pinheiro

Jefferson pede que ministro esclareça circunstâncias do anúncio do novo poço de petróleo em Sergipe

anúncio oficial, pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). O senador registrou que houve aumento de negócios com ações da estatal na véspera da confirmação da descoberta. Valadares quer saber de Palocci qual o volume de negócios registrados nos cinco dias anteriores e nos cinco dias posteriores ao anúncio da descoberta e a média dos três primeiros meses do ano.

Já em seu requerimento, Jefferson Péres quer esclarecer se o

Banco do Brasil, por meio de sua subsidiária BB Investimentos, obteve autorização prévia do Congresso Nacional para decidir pela participação na empresa Visa Vale, da área de vale-alimentação.

De acordo com o senador amazonense, a Constituição de 1988, no inciso XX, do artigo 37, indica que empresas públicas e suas subsidiárias só poderão participar de empresas privadas com autorização legislativa, o que não ocorreu.

Projeto facilita recurso contra multa de radares

Na pauta com 42 itens que a CCJ examina amanhã consta relatório de Jefferson Péres favorável ao projeto de lei da Câmara permitindo que condutores ou proprietários de ônibus e outros veículos coletivos interponham recurso de multa aplicada por aparelho eletrônico, com efeito suspensivo.

De acordo com a justificativa da matéria, atualmente o motorista de ônibus tem a multa descontada de seu salário sem possibilidade de evitar a cobrança, mesmo com recurso junto ao Departamento de Trânsito. A multa é cobrada e, em caso de comprovação de erro, o valor só é devolvido após a análise

do recurso. Isso ocorre mesmo quando há evidência de equívoco dos aparelhos eletrônicos ou "clonagem" ou adulteração das placas dos veículos.

Em caráter terminativo, a CCJ, presidida pelo senador Edison Lobão (PFL-MA) pode votar projeto do ex-senador Ademir Andrade que determina que as assembleias legislativas estaduais e a Câmara Legislativa do Distrito Federal sejam informadas sobre a liberação de recursos federais para os estados e para o DF. A matéria tem apoio do relator, senador Amir Lando (PMDB-RO).

A comissão pode aprovar, em

turno suplementar, substitutivo do ex-senador Casildo Maldaner ao projeto de lei do ex-senador José Fogaça que regula as atividades de *factoring*, ou fomento mercantil. O autor do projeto pretende resguardar o setor de "picaretas que utilizam o *factoring* para praticar agiotagem".

O projeto que regula a comercialização da soda cáustica também deve ser analisado pela CCJ. O relator Luiz Otávio (PMDB-PA) é favorável ao controle sobre o produto. A comissão tem ainda em sua pauta três projetos de resolução com a finalidade de alterar o Regimento Interno do Senado.

Ministra fala na CI sobre energia e horário de verão

A ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, exporá hoje aos integrantes da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), a partir das 9h, os projetos para a pasta e a sua visão sobre a questão do horário de verão, que vem sendo adotado regularmente no país a partir de 1985. O requerimento para a realização da audiência pública foi apresentado pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC).

O horário de verão se realiza por decreto presidencial fundamentado em informações do Ministério de Minas e Energia e em estudos do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). A economia verificada durante o período, segundo técnicos do governo, protege o sistema contra eventuais riscos de desabastecimento de energia, especialmente durante os horários de maior consumo.



Elza Frúza

Dilma Rousseff, ministra de Minas e Energia, expõe planos hoje na Comissão de Infra-Estrutura

HOMENAGEM À CNBB

Senado destaca campanha em favor do idoso

Ao discursar na sessão de homenagem à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e sua Campanha da Fraternidade de 2003, dedicada aos idosos, o vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), fez um apelo aos parlamentares pela imediata aprovação do Estatuto do Idoso. À semelhança do Estatuto da Criança e do Adolescente, a proposta deverá ser instrumento de proteção aos idosos.

A solenidade de ontem foi presidida pelo presidente do Senado, José Sarney, com a presença do nuncio apostólico no Brasil, dom Lorenzo Baldisseri, do secretário-geral da CNBB, dom Raymundo Damasceno Assis, do arcebispo de Brasília, dom José Freire Falcão, e do bispo de Patos de Minas (MG), dom João Bosco Óliver de Faria. Também compareceram presidentes de várias associações de aposentados.

Paim ressaltou que a vida e a palavra de Deus ensinam a valorizar a vivência acumulada ao longo dos anos pelos idosos como jóia rara, patrimônio de inestimável valor ao qual devem ser dadas as melhores condições possíveis de transmissão às gerações mais novas.

— É essa a sabedoria que nos ensina o Evangelho, é essa a mensagem do salmista ao asseverar que o justo, plantado na Casa do Senhor, não cessará de dar bons frutos, mesmo na velhice — afirmou.

O senador lamentou que a realidade no Brasil seja bem diversa, tornando crescentes as dificuldades de manter vida digna na velhice. À maior necessidade de auxílio médico opõe-se a precariedade dos sistemas públicos de saúde, benefícios previdenciários aquém das necessidades de subsistência e dificuldades de locomoção que não encontram infra-estrutura adequada no transporte urbano, observou.

Paim lembrou que, apesar disso, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística mostra que os idosos são responsáveis pela condução de 20% dos lares brasileiros, somando 8,9 milhões de residências. Infelizmente, tanta responsabilidade não é acompanhada por medidas que garantam qualidade de vida à população idosa, assinalou.

A Campanha da Fraternidade, disse Paim, ao buscar o estreitamento dos laços sociais pela solidariedade, contribuirá para a construção de uma sociedade mais justa.



Roosevelt Pinheiro



O presidente do Senado, José Sarney, com representantes da Igreja Católica, na homenagem à CNBB, proposta por Paulo Paim (em destaque)

Simon registra admiração de todos os brasileiros pelo trabalho da Igreja

A admiração que todos os brasileiros, católicos ou não, nutrem pelo trabalho desenvolvido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) foi destacada ontem pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS) ao homenagear a instituição pela Campanha da Fraternidade de 2003. Tendo como tema as pessoas idosas, a campanha termina no Sábado de Aleluia.

Simon acrescentou que a Igreja teve a coragem de se colocar ao lado dos pobres e miseráveis num momento muito difícil e perigoso da história brasileira. Ele apontou particularmente os nomes de dom Paulo Evaristo Arns e dom Hélder Câmara como dois ícones representantes dessa época. A CNBB, frisou, “tem sua história profundamente ligada ao social no Brasil”.

O senador também destacou os esforços feitos pelo papa João Paulo II para evitar a guerra em curso no Iraque.

— O papa está dando uma demonstração fantástica de grandeza e de beleza. Tem sido a consciência da Humanidade, pregando e cobrando daqueles que não têm a coragem de fazer o que deveriam — afirmou.

Ao encerrar, Simon lembrou o orgulho que os brasileiros têm da CNBB e das campanhas da Fraternidade promovidas pela instituição, “que tocam a sensibilidade e levam a pensar sobre os problemas”.



Gerardo Magela

Simon: Igreja teve a coragem de se colocar ao lado dos pobres

Brasil deve valorizar sabedoria das pessoas mais velhas, diz Virgílio

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) pregou a necessidade de uma reflexão sobre o papel do idoso na sociedade brasileira e a sua importância na resolução dos problemas do país. Ele foi um dos senadores a falar na sessão de ontem em homenagem à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) pela Campanha da Fraternidade de 2003, cujo tema é “Fraternidade e pessoas idosas: vida, dignidade e esperança”.

— A campanha vem em ótima hora, quando temos que fazer uma profunda reflexão sobre o papel do idoso na nossa sociedade. Não aprendemos a buscar na experiência dos mais velhos, que não são convocados a opinar na solução dos nossos problemas — frisou o senador.

Para ilustrar esse entendimento, Arthur Virgílio deu o exemplo da postura do papa João Paulo II, diante do atual conflito no Oriente Médio.

— O papa teve a atitude serena de não pôr em lados opostos as civilizações cristã e muçulmana — afirmou.

O senador disse ainda que o cuidado com crianças e idosos deve ser um objetivo fundamental do país.

— Devemos cuidar das crianças abandonadas e dos idosos tendo em vista a dignidade da pessoa humana, mas, no caso dos idosos, para buscar a sabedoria, para a construção de um mundo cada vez mais fraterno e solidário — concluiu.



Roosevelt Pinheiro

Arthur Virgílio quer reflexão sobre o papel do idoso na sociedade

Hélio Costa saúda esforço de conscientização

Falando como vice-líder do governo e representando também seu partido, o senador Hélio Costa (PMDB-MG) parabenizou a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) pelo “esforço de conscientizar as pessoas sobre a importância dos mais velhos”. O parlamentar falou na hora do expediente da sessão não deliberativa de ontem, que homenageou a escolha, pela CNBB, do tema da Campanha da Fraternidade deste ano, “Fraternidade e pessoas idosas: vida, dignidade e esperança”.

Hélio Costa também cumprimentou o senador Paulo Paim (PT-RS), autor do requerimento que solicitou “a justa homenagem à CNBB, de tantas tradições e de tantos compromissos com a democracia”.

— O tema da campanha deste ano é muito apropriado, uma vez que vivemos em um país em que os dois extremos das idades são prejudicados — disse, referindo-se às crianças e aos idosos.

O representante mineiro lembrou o grande número de pessoas idosas no país, muitas delas sem qualquer privilégio, algumas mesmo sem família. Segundo ele, alguns velhos no Brasil vivem “em absoluta falta de interação com a sociedade”.

Hélio Costa afirmou que a China — onde já esteve duas vezes — é o único país que conhece em que os velhos são valorizados. Segundo ele, naquele país, quanto mais velha é a pessoa, mais ela é considerada importante, mais é considerada conselheira dos mais novos.



Roosevelt Pinheiro

Hélio Costa cita exemplo da China, onde os idosos são considerados conselheiros

HOMENAGEM À CNBB

Sarney afirma que a velhice é uma prova do amor de Deus

“Eu acredito que a velhice é uma das maiores provas do amor de Deus para com os homens”, afirmou ontem o presidente do Senado, José Sarney, ao final da solenidade em que a Casa homenageou a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) pela escolha do idoso como tema da Campanha da Fraternidade deste ano. Lembrando que Moisés e Abraão eram idosos, Sarney disse que, quando Deus quis oferecer suas revelações aos homens, ele as entregou aos velhos.

— Dar a um ser humano vencer os primeiros anos de sua infância, a juventude, a maturidade, envelhecer, podendo desfrutar a graça da vida até o fim, é sem dúvida uma escolha de Deus para cada um de nós que consegue atravessar essa longa caminhada.



Sarney lembrou que Campanha da Fraternidade foi idealizada por dom Hélder Câmara

Fotos: Roosevelt Pimenta

velhice essa dádiva divina, um homem não pode encerrá-la em situação de sofrimento. Daí a necessidade de absoluta solidariedade para com os velhos.

O presidente do Senado aludiu às circunstâncias que levaram à criação da CNBB, referindo-se a dom Hélder Câmara como o jovem bispo auxiliar que idealizou e concretizou esse

Lembrando o ensinamento do Evangelho de São João, segundo o qual Cristo amou os homens até o fim, Sarney observou que Deus deve ter amado mais os homens a quem assegurou ir até o fim de todo o ciclo da vida. Por isso, considerou tão significativo que a Campanha da Fraternidade deste ano homenageie a velhice, por ele definida como “uma graça de Deus”.

Sarney sustentou que, sendo a

projeto para coordenar as atividades de orientação religiosa, beneficência, filantropia e assistência social.

— Recordo dom Hélder aqui com extrema saudade e também homenageando a sua memória.

Pouco depois, Sarney recebeu de João Resende Lima, presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), documento em defesa da velhice.

Serys: idoso deve atuar no processo de educação

Serys Shlessarenko (PT-MT) elogiou a homenagem prestada aos idosos pela CNBB. A senadora destacou a necessidade de inserção das pessoas da terceira idade no processo de educação das crianças e dos jovens brasileiros.

— É preciso levar as organizações da terceira idade para dentro das escolas, para que os jovens conheçam suas histórias, virtudes e até desvios que tiveram — afirmou. Mas o ponto de partida para a valorização dos idosos na sociedade deve ser a família, segundo



Serys: jovens precisam conhecer histórias e até desvios

a senadora Serys.

Na sua opinião, as crianças precisam ser estimuladas a perceber que as pessoas idosas próximas a elas são importantes e têm história de vida para contar. A senadora observa ainda que as dificuldades já vividas pelos mais velhos são importantes para ajudar os jovens que as vivenciam a superá-las.

O crescimento do contingente de idosos entre a população brasileira foi saudado por Serys Shlessarenko. Com base em dados

do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ela comemorou a elevação de 35,6% nesse indicador em uma década, informando que o universo de idosos passou de 10,7 milhões em 1991 para 14,5 milhões em 2000.

— Isso é muito bem-vindo, é uma alegria para o país e significa que os idosos estão tendo melhor qualidade de vida — disse.

A preocupação em resgatar os idosos do abandono e da desvalorização, afirmou a senadora, deve passar pela melhoria da assistência prestada à infância.

— Se as crianças forem bem cuidadas no presente, seu futuro estará assegurado — sustentou.

Mão Santa quer unir ousadia e experiência

Ao homenagear a CNBB pela escolha do idoso como tema da Campanha da Fraternidade, o senador Mão Santa (PMDB-PI) destacou que somente com a união da experiência dos mais velhos com a ousadia dos jovens será possível melhorar a sociedade. Ele também elogiou a luta da Igreja na busca de uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna.

Mão Santa lembrou que, quando criança, quase ingressou na vida eclesial. Ele saudou vários representantes da Igreja com quem conviveu durante sua vida,

entre eles dom José Freire Falcão, que foi arcebispo em Teresina. O senador pelo Piauí também recordou de outro bispo do estado, dom Felipe Pacheco.

— Ele costumava dizer, “esse menino vai ser padre”, mas Deus não quis, e Adalgisa (esposa de Mão Santa) também não — afirmou.

Mão Santa relatou ainda seu convívio com outros religiosos em seu estado, como dom Paulo



Mão Santa elogia luta da Igreja por sociedade mais justa

Hipólito, que presidia a Comissão de Assistência às Vítimas de Inundações (Cavi) e a quem ele, como médico, auxiliava. Em seguida, já como deputado estadual, recebeu, em nome do governador, dom Edvaldo Gonçalves em Par-

naíba e, logo após, dom Joaquim Rufino, hoje aposentado, a quem chamou de santo.

Paulo Octávio defende a transformação das estruturas

A sociedade deve cobrar do governo medidas que funcionem não como paliativos, mas que transformem as estruturas sociais, estabelecendo novos patamares de convívio entre gerações, afirmou Paulo Octávio (PFL-DF). A Campanha da Fraternidade, disse o senador, assume importância vital na conscientização para a cidadania.

O senador considera que políticas de valorização do idoso não podem ser encaradas somente como políticas de governo. Para ele, são políticas de Estado, “pois a perenidade do interesse social em assegurar condições dignas de vida aos idosos transcende as circunstâncias do dia-a-dia da conjuntura política”.

— É dever do Estado garantir inserção plena do idoso na vida social do país — declarou.

Para Paulo Octávio, a pauta do governo federal parece estar voltada para a importância do tema. Ele elogiou o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, recém-criado no âmbito do Ministério da Justiça, que deverá desenvolver ações específi-



Paulo Octávio quer garantias de qualidade de vida

cas voltadas para o combate à violência contra as pessoas da terceira idade. O senador citou também o projeto Vida Ativa na Terceira Idade, do Ministério do Esporte. Para o parlamentar, resta saber se esses programas terão consistência compatível com as necessidades

dos idosos brasileiros.

Paulo Octávio lembrou que os problemas sociais parecem ser mais graves para os mais idosos. Dentre outros, o senador ressaltou que a maior necessidade de auxílio médico contrasta com a precariedade dos sistemas de saúde públicos e que as maiores dificuldades de locomoção não encontram infra-estrutura adequada nos meios de transporte. Conforme o senador, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que os idosos são responsáveis pela condução de 20% dos lares brasileiros. Em sua opinião, tanta responsabilidade não vem acompanhada de medidas que garantam melhor qualidade de vida a essa população.

Aelton lembra que muitas famílias sobrevivem com aposentadorias

O senador Aelton Freitas (PL-MG) lembrou que muitas famílias brasileiras são mantidas pela aposentadoria dos seus idosos e defendeu, no momento em que se discute a reforma da Previdência, que políticas públicas sejam voltadas para o resgate da dignidade do idoso.

— Não podemos nos calar, temos que votar urgentemente o Estatuto do Idoso — afirmou.

De acordo com o mais recente censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de idosos alcança 8,6% da população, o que equivale a 15 milhões de pessoas, ressaltou o senador. Para os próximos 20 anos, continuou, a previsão é que esse número será de 15% da população.



Aelton Freitas cobra votação rápida do Estatuto do Idoso

Citando o secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o senador disse que o modelo econômico neoliberal supervaloriza o jovem e considera o idoso um peso morto para a família e para a sociedade.

— Nesse sentido, a Campanha da Fraternidade nos adverte que é necessário destruir os preconceitos e mitos. Isso porque preconceitos e mitos são, em geral, frutos de desinformação e de visão unilateral a respeito de um grupo de pessoas ou de determinada realidade, de modo que a realidade global fica de lado ou se mantém desconhecida. A superação dos preconceitos e dos mitos só é possível por meio de esclarecimento e de educação.

Arthur Virgílio avalia os 100 dias do governo

Líder do PSDB no Senado vê atuações do próprio presidente e do ministro da Fazenda como os pontos mais positivos até agora

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), ao fazer ontem um balanço da administração do PT, disse que não pode afirmar ainda se o governo está dando muito certo ou muito errado, já que 100 dias representam apenas 6% do mandato.

Para ele, o governo Lula da Silva até agora foi regular no que se refere à articulação política. De acordo com o líder do PSDB, como tem maioria frágil no Congresso, o governo não deve cantar vitória apenas por causa da aprovação, na Câmara, da proposta de emenda à Constituição (PEC) que estabelece regras para o sistema financeiro, afirmou o senador. Além disso, ressaltou, a PEC foi aprovada por causa da ajuda da oposição.

— Por que eu digo que a nota



Arthur Virgílio considerou apenas "regular" a articulação política demonstrada pelo governo do PT

não é tão alta? Porque, às vezes, eles (os governistas) fazem provocações desnecessárias a nós, do tipo "oito anos não reformaram nada e nós agora vamos reformar em poucos meses". É duro porque,

primeiro, dependem da gente. Segundo, fingem que não boicotaram todas as reformas que nós aprovamos — afirmou Arthur Virgílio.

Como pontos positivos, ele destacou o presidente Lula e o ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Quanto aos negativos, Virgílio citou a falta de transparência nas ações e de gerência no novo governo, tanto que nenhum contrato de exportação foi realizado desde o início da nova gestão, e criticou a falta de articulação na área social. Como exemplo, disse que o programa Fome Zero revela dissidências entre membros do governo e que existe uma "mancebia política" entre o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Paim: Lula não pode fazer em três meses o que não se fez em 100 anos

O senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu o presidente Lula da Silva de críticas sobre os resultados dos seus 100 dias de governo. Paim afirmou que Lula teve que "pegar um trem em movimento" e fazer as correções necessárias, que ainda não estão concluídas.

Paim disse que o governo do PT não pode fazer em pouco mais de três meses o que não foi feito em

mais de 100 anos de República. Mas lembrou que o risco Brasil caiu abaixo dos mil pontos, a inflação e o dólar estão caindo e a taxa de juros poderá ser reduzida nos próximos meses graças à melhoria dos indicadores da economia. As próximas etapas serão garantir investimento na produção e na geração de empregos, disse o 1º vice-presidente do Senado.



Paim citou indicadores econômicos para mostrar que atuação do governo é positiva

DF ignora pais de alunos, diz Eurípedes

A tentativa da Secretaria de Educação do Distrito Federal de substituir a direção da Escola Classe 304 Norte, em Brasília, recebeu críticas ontem do senador Eurípedes Camargo (PT-DF). A escola é reconhecida como referência em qualidade de ensino e gestão democrática. Os níveis de repetência na instituição vêm caindo ano a ano e a aprovação chegou a 95% em 2002 e ela participou de iniciativas pioneiras, como a inclusão de alunos portadores de necessidades especiais no ensino regular, e o projeto de aceleração da aprendizagem.

De acordo com o senador, a Secretaria de Educação tenta substituir membros da equipe da escola, ferindo princípio da Lei



Eurípedes criticou decisão do governo do DF de afastar direção de escola considerada modelo

de Diretrizes e Bases da Educação que impõe a gestão democrática nas escolas:

— A comunidade escolar, em suas diversas representações, foi ignorada e, quando procurou a

Secretaria para expor suas reivindicações, não foi sequer atendida — relatou o senador.

Eurípedes disse que o sucesso da instituição deve-se à conjugação de fatores como a dedicação dos profissionais e a participação dos pais e alunos. Ele salientou ainda que a comunidade se organizou para exigir a manutenção das atuais diretrizes da Escola Classe:

— É preciso fazer com que essas vozes ecoem e tornem-se exemplo para outros pais, professores e alunos. É preciso que esse exemplo seja seguido e constitua paradigma a reafirmar que a participação de todos os segmentos é capaz de garantir um ensino de qualidade — disse o senador.

Juvêncio espera resposta de Antonio Carlos sobre convite

O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), informou em entrevista à Agência Senado que aguarda para hoje uma resposta do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) sobre o convite para falar ao colegiado sobre o caso das escutas telefônicas clandestinas na Bahia.

Juvêncio disse também que, se a resposta for afirmativa, pretende realizar a reunião na quinta-feira de manhã, exclusivamente para ouvir o senador Antonio Carlos. Antes desse encontro, acrescentou o presidente do conselho, nenhuma outra pessoa arrolada no caso dos "grampos" será ouvida pelo colegiado.

O convite a Antonio Carlos foi feito pelo relator da sindicância, senador Geraldo Mesquita (PSB-AC), após a reunião da última quinta-feira, que ouviu os jornalistas Luiz Carlos Cunha e Weiller



Se receber a resposta de ACM hoje, Juvêncio pretende marcar audiência para quinta-feira

Diniz, da revista *IstoÉ*, que afirmaram, em seus depoimentos, que Antonio Carlos teria assumido a autoria intelectual das escutas. Para o relator, é importante que o conselho conheça a versão de Antonio Carlos.

Geraldo Mesquita anunciou que pretende apresentar seu relatório aos demais membros do conselho, indicativo ou não de abertura de processo contra o senador baiano, no próximo dia 22.

Pavan teme radicalização por atraso em rodovia

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) voltou a alertar o governo federal para o clima de descontentamento da população de Santa Catarina com a prorrogação do lançamento do edital de licitação das obras de duplicação da BR-101. Segundo Pavan, a notícia do novo adiamento por mais 60 dias, dada pelo Ministério dos Transportes na semana passada, poderá provocar uma radicalização dos protestos de autoridades e lideranças do sul do estado, incluindo o possível bloqueio do trecho entre os municípios de Palhoça (SC) e Osório (RS).

De acordo com o senador, o ministro dos Transportes, Anderson Adauto, havia garantido que o edital seria lançado no dia 1º de



Pavan disse que, por causa do novo adiamento, sente-se vítima de um conto do dia da mentira

abril. "Ironicamente, podemos crer que caímos num conto do dia da mentira", afirmou Leonel Pavan, que conversou com o governador Luiz Henrique (PMDB) e lideranças do estado para pressionar o governo federal.

Sarney recebe artistas para discutir combate à pirataria

O presidente do Congresso Nacional, senador José Sarney, deverá receber hoje, às 11h30, na sala de reuniões da Presidência do Senado, um grupo de empresários e de artistas para discutir um maior envolvimento do Legislativo no combate à pirataria na comercialização de CDs e congêneres.

Diversos compositores e cantores consagrados deverão participar da reunião, entre eles Marti-

nho da Vila, Gabriel O Pensador, Alcione, Leonardo, Sérgio Reis, Daniela Mercury e Chitãozinho.

Os empresários e artistas ligados à indústria fonográfica querem que o Senado adote providências que garantam maior rapidez na tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 11/2003, já aprovado por aquela Casa e que se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Mão Santa defende salário mínimo superior a R\$ 240

Conforme o senador, prefeituras estão falidas não devido ao valor pago aos trabalhadores, “mas por causa da corrupção”

O senador Mão Santa (PMDB-PI) defendeu um salário mínimo maior do que os R\$ 240 propostos pelo governo em medida provisória. Segundo afirmou, “as prefeituras estão falidas não por causa do salário mínimo, mas devido à corrupção”.

– O presidente Lula tem que fazer do senador Paulo Paim o seu Richelieu, tem que ouvir os conselhos dele – disse Mão Santa, referindo-se à conhecida luta do senador gaúcho por um salário mínimo maior.

Mão Santa citou números de países ricos e do vizinho Paraguai para justificar um aumento maior. Ele lembrou que nos Estados Unidos um operário ganha US\$ 10 por hora, o que dá US\$ 100 ao fim do dia, já que a jornada diária de trabalho é de dez horas. No Brasil, o mínimo equivale a US\$ 0,40 por hora. Em Portugal, o mínimo é de US\$ 2,3 por hora. Na Grécia, US\$ 2,6. Na Espanha, US\$ 2,9. No Paraguai, país mais pobre do que o Brasil, US\$ 1,32, três vezes mais do que o salário mínimo brasileiro.

NECESSIDADE

O senador citou uma frase do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre as necessidades do trabalhador brasileiro: “O operário tem que ser feliz, tem que ter o



Mão Santa citou números de vários países para mostrar que é possível um aumento do salário maior do que o estabelecido pelo governo federal

direito de tomar sua cervejinha gelada nos fins de semana, com a família”. Ele recordou ainda que, por ocasião da posse no Senado, em fevereiro, esteve doente e gastou R\$ 370 nos medicamentos prescritos pelo médico.

– Um homem que viva com o mínimo não pode, portanto, ficar doente. E uma receita como essa, em vez de curá-lo, vai humilhá-lo, enchê-lo de revolta.

Conforme Mão Santa, o salário mínimo criado por Getúlio Vargas em 1945 equivaleria hoje, de acordo com alguns economistas, a R\$ 489. Para outros, corresponderia a R\$ 592.

Em aparte, o senador José Jor-

ge (PFL-PE) garantiu que a medida provisória que reajustou o mínimo pode ser melhorada no Congresso Nacional, garantindo um reajuste maior. A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) elogiou o discurso de Mão Santa e aproveitou para fazer a defesa da exigência do diploma de Jornalismo para o exercício da profissão.

O senador Edison Lobão (PFL-MA) também defendeu um salário mínimo maior do que o proposto pelo governo e acrescentou que o valor não é uma questão partidária, mas de justiça social. O senador Paulo Paim (PT-RS) elogiou igualmente o pronunciamento de Mão Santa.

Jucá propõe que reajuste ao servidor reponha a inflação

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) manifestou preocupação diante das notícias publicadas na imprensa dando conta de que o ministro do Planejamento, Guido Mantega, estaria propondo aumento de 1% aos servidores públicos, que estão com os salários praticamente congelados desde o início do governo Fernando Henrique Cardoso.

– Será que terão a coragem de enviar ao Congresso uma proposta desse teor? Se tiverem, vamos combater o projeto, emendando-o para dar ao servidor público uma remuneração mais justa, diante de índices crescentes de inflação.

Jucá afirmou que o PT, quando estava na oposição, defendia reposição salarial de 72% para o servidor. Ele admitiu que conceder um reajuste dessa magnitude, de uma só vez, é impossível. Mas é possível, afirmou, recuperar a defasagem em dois, três ou pelo menos quatro anos, desde que se comece, em 2003, com “um reajuste mais justo e digno”.

FÓRMULA 1

O senador também protestou contra decisão do governo de editar medida provisória (MP) para permitir a propaganda de ci-



Jucá está preocupado com a notícia de que ministro defende aumento de apenas 1%

garros na prova automobilística de Fórmula 1, realizada na cidade de São Paulo no último domingo.

– Essa MP representa um retrocesso em relação à legislação, aprovada no Congresso Nacional, que proibia a propaganda de cigarros em eventos culturais e em provas esportivas. É relevante observar que, em outros países com legislação semelhante e com corridas de Fórmula 1, os carros correm com tarjas pretas, acatando a proibição. É lamentável que o Brasil tenha capitulado diante do lobby dos fabricantes de cigarros.

Para Romero Jucá, ainda há tempo de se remediar o problema, pois a medida provisória precisará ser aprovada pelo Congresso e pode ser rejeitada. O senador garantiu que trabalhará para derrotá-la.

Senador destaca reportagem sobre programas sociais em Boa Vista

O senador Romero Jucá pediu a transcrição, nos Anais do Senado, de reportagem publicada pelo jornal *O Globo*, no último sábado, assinada pelo jornalista Márcio Moreira Alves, sob o título “Boa Vista: fome zero na prática”. Conforme a reportagem, a capital de Roraima tem bons programas sociais, como a criação de hortas urbanas e o aproveitamento de lixo.

– A reportagem retrata o trabalho grandioso que a prefeitura de Boa Vista faz. Temos na capital de Roraima uma gestão social das mais modernas do país.

Jucá convidou os ministros da área social do governo Luiz Inácio Lula da Silva para conhecerem os programas sociais colocados em prática em Boa Vista. O senador informou que, por conta desses programas, a prefeitura de Boa Vista recebeu o prêmio Gestão Pública e Cidadania, conferido pelas fundações Getúlio Vargas e Ford.

Ao todo, são 23 programas, que beneficiam 15 mil crianças e adolescentes, desempregados e famílias carentes. Verbas do Orçamento da União e do Banco Interamericano de Desenvolvimento financiam os programas.

TERRA INDÍGENA

O senador também contestou notícia do jornal *Folha de S. Paulo* que o colocou entre os que não querem a demarcação de cinco áreas indígenas em Roraima. Ele informou ter dado parecer favorável à demarcação e, ao mesmo tempo, ter recomendado ao presidente do Congresso, senador José Sarney, que na próxima reunião do Conselho de Segurança Nacional o tema seja discutido.

– Alguns setores de Roraima entendem como provocação a demarcação de cinco novas áreas no momento em que há grande conflito em torno das áreas de Raposa, Serra do Sol e São Marcos – disse o senador.

Projeto incentiva contratação de mais velhos

Tramita nas Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE), em caráter terminativo, projeto de lei da senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) que estabelece incentivos econômicos às empresas que contratam trabalhadores com idade acima de 45 anos. Entre os estímulos propostos está a redução de 2% na alíquota da contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Conforme explica a senadora, ao se concederem incentivos à contratação de mão-de-obra mais madura, não serão criados obstáculos à admissão dos jovens nas empresas. Isso porque sua proposta determina que só será ga-



Iris de Araújo é autora da proposta que beneficia trabalhadores acima de 45 anos

rantido incentivo à contratação de pessoas com mais de 45 anos se a medida representar acréscimo no quadro de empregados e na folha de pagamentos da empresa.

Referindo-se a dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), Iris de Araújo afirma que “é falsa a idéia de o rendimento diminuir com o passar dos anos”. De acor-

do com dados da OMS citados pela senadora, os trabalhadores com mais idade têm taxas de produtividade similares às de pessoas mais jovens em tarefas que exigem atenção contínua.

Iris ressalta ainda que os trabalhadores idosos têm índices menores de faltas ao trabalho, se comparados aos jovens. Ela observa que os resultados das pesquisas mostram que, quanto mais velho o operário fica, menor a propensão para abandonar o emprego.

– Talvez isso ocorra porque eles sabem que, à medida que envelhecem, têm menores chances no mercado de trabalho, ao contrário dos jovens, que sentem o impulso constante de procurar novos desafios – pondera a parlamentar.

Álvaro: lei do futebol resultou do trabalho da CPI

Como presidente da comissão que investigou denúncias de irregularidades nos clubes e encaminhou sugestões ao governo, senador defende atuação rigorosa do Ministério Público para que dirigentes relapsos sejam punidos

Ao elogiar a aprovação, pelo Congresso, da medida provisória (MP) que instituiu a Lei de Responsabilidade Social do Esporte, o senador Álvaro Dias (PDT-PR) destacou que a legislação é o coroamento do trabalho da comissão parlamentar de inquérito (CPI), presidida por ele, que investigou o futebol brasileiro. Por outro lado, ele alertou que a MP por si só não resolve os problemas do futebol no país.

— É preciso que a lei seja cumprida e a fiscalização que ela prevê se realize efetivamente, mas não sinto nos atuais dirigentes vergonha suficiente para cumprir a nova legislação de forma cabal. Há dirigentes que deveriam se afastar e dar lugar a pessoas com nova mentalidade. Espero que a lei seja uma inspiração para que



Jane de Araújo

Para Álvaro Dias, alguns presidentes de agremiações deveriam ser afastados

pessoas de bem possam se reunir em torno de um objetivo que é transformar o modelo de desorganização e impunidade em algo compatível com as aspirações do torcedor — afirmou Álvaro Dias.

O senador lembrou que foi a partir das sugestões e debates na

CPI do Futebol que o presidente Fernando Henrique Cardoso resolveu editar a medida provisória e encaminhá-la, no ano passado, ao Congresso. As alterações feitas pela Câmara dos Deputados no texto original, na avaliação do senador, não tiram a essência das propostas originais, que visam acabar com a impunidade no futebol.

Ele defendeu atuação firme do Ministério Público para que se cumpra a lei e os dirigentes relapsos e corruptos sejam punidos. O senador acredita que, se isso ocorrer, o Brasil terá uma verdadeira mudança no seu futebol, que poderá se transformar em atividade econômica de maior rentabilidade, gerando empregos, renda e receita pública e contribuindo para o desenvolvimento nacional.

Conselho de Comunicação rejeita controle estrangeiro sobre TV paga

O Conselho de Comunicação Social aprovou ontem parecer de sua Comissão de Análise contrário a projeto que permite o controle acionário estrangeiro do capital das empresas de TV por assinatura. O presidente do conselho, José Paulo Cavalcante Filho, entregará, hoje, o documento ao presidente do Senado, José Sarney, que o distribuirá aos demais senadores. Como o conselho é um órgão consultivo, os parlamentares não são obrigados a seguir a orientação do parecer.

Conforme a proposta original, de autoria do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), a participação irrestrita do capital estrangeiro no serviço de TV por assinatura seria uma solução para a crise por que passa esse segmento no Brasil.

“Há consenso no conselho em relação à percepção de que o fim da limitação de 49% ao ingresso do capital estrangeiro nas empresas concessionárias não é a única medida para fazer frente à crise do segmento de TV a cabo. O conselho entende que existem outros meios para se enfrentar a crise do segmento, além da pura e simples possibilidade de tornar irrestrita a participação do capital estran-



Conselheiro Daniel Hertz (E) argumentou que há outros meios para se resolver a crise no setor

Mírcia Kolomé

geiro nas empresas operadoras”, afirma o relator Daniel Herz no parecer.

Dentro da sua atribuição de assessorar o Legislativo, o Conselho de Comunicação também criou um grupo de trabalho para, no prazo de 60 dias, identificar medidas e iniciativas que contribuam para a superação da crise das TVs por assinatura.

Ainda de acordo com o parecer, devem ser consideradas as propostas de saneamento financeiro e reestruturação das empresas de TV por assinatura; de estímulo à universalização do acesso a esse tipo de serviço; e de aproveitamento máximo da infraestrutura atualmente instalada, ampliando a inclusão digital com soluções tecnológicas nacionais. O parecer também recomenda esti-

mular a atração de investimentos para a ampliação da atual infraestrutura.

Conforme o relator, desde o ano 2000 o serviço de TV por assinatura está com o número de assinantes estagnado em cerca de 2,1 milhões, o que representa conexão de apenas 8% dos domicílios do país. A abrangência do serviço, conforme Daniel Herz, “é irrisória, se comparada aos países como Dinamarca (100%), Holanda (97%), Estados Unidos (84%) e Canadá (79%)”.

Aprovado em decisão terminativa na Comissão de Educação, com base em relatório do senador Gerson Camata (PMDB-ES), a proposta de Ney Suassuna será votada pelo Plenário por força de recurso de iniciativa da então senadora Emilia Fernandes.

Empresa que utiliza trabalho infantil deve perder crédito

As instituições financeiras e as agências públicas de fomento ao desenvolvimento agrícola ou industrial podem ser proibidas de conceder crédito às empresas que empreguem menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre. É o que estabelece projeto de lei de autoria do senador Gerson Camata (PMDB-ES) que tramita em caráter terminativo na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Conforme Camata, o trabalho infantil por si só já causa indignação na população, mas o problema se torna ainda mais grave quando é estimulado pelo poder público por meio de empréstimos e isenções concedidos a empresas que utilizam crianças na sua linha de produção. Segundo ele, há estimativas demonstrando que cerca de 3 milhões de menores de 16 anos

trabalham, na maioria das vezes, em atividades insalubres.

O objetivo do projeto, explica o senador em sua justificativa, é impedir que o dinheiro público seja utilizado em programas de incentivo e fomento econômico de instituições que utilizam a mão-de-obra infantil.

Gerson Camata enfatiza ainda que o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) já adotou resolução pela qual atividades econômicas que empregam crianças não devem ter acesso a recursos públicos.

Ele acrescenta que o projeto responde a sugestão da Fundação Abrinq (Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos) pelos direitos da criança, que ganhou apoio da Frente Parlamentar pela Criança da Câmara dos Deputados.



José Cruz

Proposta de Gerson Camata foi sugerida pela Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (Abrinq)

Contratação só como aprendiz

A Emenda Constitucional nº 20, de 1998, proibiu o trabalho para menores de 16 anos no Brasil, a não ser na condição de aprendizes, quando o limite cai para 14 anos. Trabalhos noturnos ou em locais e atividades considerados perigosos e insalubres só a partir dos 18. O mesmo preceito foi repetido no Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990.

Apesar de as estatísticas virem melhorando desde metade dos anos 90, o número de crianças e adolescentes ocupados ainda é bastante alto no Brasil. Segundo a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), há cerca de 5,5 milhões de crianças e jovens ocupados no país. Só na faixa etária de dez a 14 anos são quase 2 milhões, muitos dos quais trabalhando sem remuneração. Entre as causas apontadas pelo Ministério do Trabalho para a exploração da mão-de-obra infantil estão a baixa renda familiar, o analfabetismo dos pais ou responsáveis e a carência de programas sociais voltados à educação e à assistência social.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Paulo Paim e Eduardo Siqueira Campos e pela senadora Serys Slhessarenko